

O Salazarismo na memória dos portugueses na contemporaneidade.

Marcelle Marie Freitas Huet Rodrigues*

Pessoas e sociedades são feitos de memória – e de lacunas de memória... Ela torna a dar existência àquilo que existiu, mas não existe mais, ela é uma “representação presente de uma coisa ausente”. (Pierre Laborie¹)

Introdução

Este artigo vem suscitar algumas questões que estarão presentes ao longo da minha dissertação de mestrado. É um trabalho de história oral, e a fonte principal são os depoimentos obtidos em 2009, de portugueses que viveram na época do Estado Novo Português. O primeiro ponto a esclarecer é dizer que são pessoas que não viveram a maturidade de suas vidas no início da Ditadura, em 1926, nem a sua fase civil (1933-1945). São pessoas que vivenciaram sua adolescência e juventude nas décadas de 50 e 60 - neste período, as médias de idade dos entrevistados variam de 12 a 22 respectivamente -, portanto, após a Segunda Guerra Mundial, onde o regime de António de Oliveira Salazar sofreu algumas modificações, sejam de forma efetiva ou cosmética, como classificam alguns analistas do regime. Embora, no presente artigo, não será necessário me debruçar sobre estas transformações, ponderando as peculiaridades do regime neste período, é preciso situar os depoentes, dizendo que os mesmos viviam sobre as regras da censura, da vigilância da polícia política, mas também sobre um momento de oposições mais abertas ao regime e uma maior abertura ao mundo.² Com isto, quero dizer que não é possível considerar o Estado Novo um bloco único desde a

* Mestranda pelo PPGH/UERJ/CAPES.

¹ Citação de Pierre Laborie. *Memória e Opinião*. In: Cecília Azevedo & Denise Rollemberg [et al]. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, pp.79 – 97.

² Historicamente, podemos situar os depoentes em dois períodos, de uma classificação de 4 tempos: “De um período de abertura ao Ocidente e às relações internacionais, até o princípio da década de sessenta, NATO - 1949, ONU – 1955, OCDE – 1960 e à EFTA”; (...) e “De um período de crise e isolamento(...) que acompanha a guerra colonial e que se inicia no princípio da década de sessenta”, ver Luís Reis Torgal. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História Política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vol. 1, pp. 344-345.

sua implantação, em 1933 (considerando a constituição) até 1974, com a Revolução dos Cravos. Entretanto, se a experiência pessoal dos entrevistados tem um período determinado historicamente, o interesse deste projeto está em percorrer as memórias de cada um sobre o Salazarismo.³

A memória como fonte de pesquisa.

Tentando percorrer o difícil caminho da “neutralidade narrativa”, fugindo, neste momento, de juízos de valor sobre as opções dos entrevistados, até porque julgar não é a função do historiador, o trabalho está interessado em compreender uma escolha específica: a **não-escolha**. Dizendo de outra forma, o objetivo é entender o comportamento daqueles que viveram a ditadura e, hoje, após 35 anos do seu término, narram à experiência de terem vivido o regime sem se posicionarem publicamente perante o mesmo, sendo contra ou a favor. Viveram habitualmente suas vidas. Ao serem selecionados para as entrevistas, ao primeiro contato, quase todos disseram não terem nada a dizer ou não compreender no que poderiam ajudar na pesquisa. Trata-se do que Danièle Voldman⁴ referiu-se ao dividir os entrevistados em as “grandes testemunhas” e as “pequenas testemunhas”. As primeiras, conscientes do seu papel na história, afirmam ter muito a dizer; as segundas, na maioria das vezes, se colocam como quem não tem nada a dizer. Entendemos melhor esta posição, quando nos voltamos ao objetivo da pesquisa. Algumas destas pessoas estão preocupadas, não com os grandes fatos históricos, mas com a lembrança de sua própria vida. Ela é o termômetro da história. Não é difícil encontrarmos nos depoimentos os acontecimentos sendo rememorados a partir de suas próprias vivências pessoais. Por isso, foi muito importante, desde o início, indicar claramente o caminho a ser percorrido por suas memórias. Partindo de um título provisório, “Minha vida no Estado Novo Português”, os depoentes eram informados que o objetivo não era saber a história do Estado Novo, mas como era a vida de cada um

³ De acordo com o enciclopédia de guerras e revoluções do século XX, o Salazarismo é a expressão do modelo político constituído em Portugal durante o período do Estado Novo (1933-1974), seja sob a liderança de Salazar, seja sob a liderança de Marcelo Caetano, ambos presidentes do Conselho de Ministros. Ver, *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Francisco Carlos Teixeira da Silva (coord). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 p.804.

⁴ Danièle Voldman, *Definições e usos*, In: Usos e abusos da História Oral, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 33- 42.

deles durante o regime: onde nasceu, qual a ocupação dos pais, onde estudaram, trabalharam, como era o dia a dia de cada um deles etc. Podemos, desta forma, destacar uma primeira observação sobre a análise dos depoimentos: é fundamental compreender, que há uma relação da memória dos depoentes com as diferentes temporalidades por onde o Estado Novo se construiu e, cada uma destas, de forma específica, com a época onde a memória individual de cada entrevistado foi forjada. Contudo, há tantas variantes que podem exercer uma influência sobre a memória, que tornaria inviável o estudo sobre os depoimentos, caso o objetivo fosse descobrir uma suposta verdade sobre os fatos. O relevante sabermos é que a apreensão da memória depende do ambiente social e político: “trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagem e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apreensão do tempo (cf ciclo, gerações, tempo/temporalidade)”. (LE GOFF, 2003: 419).

Os fatos históricos, atualmente, bastante analisados por historiadores de diversas perspectivas historiográficas, servirão para confrontar a representação que cada um dos entrevistados tem sobre o regime, não para corrigir as “reminiscências”, mas para analisar as narrativas daqueles que hoje são portadores da “memória contemporânea” do salazarismo. Aliás, como diz o historiador Alessandro Portelli, “Representação e fatos não existem em esferas isoladas”(PORTELLI, 2006: 11). Não existe memória pura. Toda memória, em qualquer época e pessoa, tem a sua formação mediada pela cultura política e social onde os indivíduos estão inseridos, bem como pela própria memória coletiva. O tempo histórico interage com a memória, num processo de re-elaboração contínua; o que torna a lembrança e, também o esquecimento, um processo dinâmico. Como diz Le Goff “a memória humana é particularmente instável e maleável”(LE GOFF, 2003: 462). Esta instabilidade, porém, ao contrário do que possamos crer, nos fornece muitos elementos que, quando confrontados e analisados, poderão esclarecer o comportamento dos indivíduos sob a ditadura. Por isso, embora a amostra do depoimento seja pequena, o que interessa é a narrativa individual e, não, uma tentativa de compor a memória coletiva sobre o salazarismo, embora seja importante a tentativa de entender as culturas políticas que acabam por serem transformadas e, ao mesmo tempo, alimentam a formação das memórias coletivas. No artigo do historiador Alessandro Portelli, “*O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*”, há duas observações que são primordiais

para a compreensão da memória. A primeira é que “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram”. A outra é decorrente do alerta que o autor faz sobre a memória coletiva,

Quando compreendermos que “memória coletiva” nada tem a ver com memória de indivíduos, não mais podemos descrevê-las como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições”. (PORTELLI, 2006: 127.)

Indo mais longe à observação sobre a memória coletiva, lembramos que ela inclui “acontecimentos que ocorreram antes do nascimento de alguns”, e (...) “acontecimentos que foram contemporâneos para outros, mas que estiveram fora de sua experiência individual” (MUDROVICIC, 2009: 104). Além disso, a memória está sempre sendo atualizada por uma de suas formas de manifestações, a opinião pública, que com ou sem os aparatos legais para controlá-la, é impossível de impedir a sua manifestação. O que significa dizer que os códigos do presente interferem sempre, em maior ou menor grau, nas representações do passado, lembrando que a opinião esta sempre articulada com “à visão do presente, às interpretações do passado e às expectativas do futuro”. (LABORIE, 2009: 81). E, não esquecendo que a “memória coletiva também é um instrumento e objeto de poder”, a memória será sempre a base para futuras construções de outras memórias coletivas e, assim por diante. Não obstante, ao relatar suas vivências, o depoente está fazendo escolhas e estas são individuais. Neste momento, importa menos saber de onde vêm suas memórias e, sim, as escolhas das representações que os indivíduos fazem para narrar suas experiências individuais dentro do regime.

Portanto, quando uma entrevistada diz que concorda com a instauração da Ditadura, por causa do excesso de desordem que havia antes do 28 de Maio de 1926, e que Salazar consolidou esta ordem, o que para ela, neste sentido, foi bom; é preciso analisar esta explicação dentro da própria narrativa, como um todo, lembrando sempre que foi uma escolha dela, já que em outras narrativas, encontraremos pessoas que mesmo reconhecendo os tumultos que marcaram a Primeira República, ainda assim,

escolheram se opor à instauração da ditadura. Logo, é a sua narrativa que dará a coesão necessária ao seu argumento, quer concordemos ou não.

De qualquer forma, dialogar com a historiografia sobre a ditadura a partir da memória é uma tarefa árdua, uma vez que a própria historiografia é múltipla, ampliando muitas vezes as tensões que encontramos ao analisar as diversas memórias do regime. Para sair da nebulosa situação em que nos encontramos ao tentar estudar estes períodos, Laborie propõe um caminho que é observar o lugar de destaque que ocupa a “ambivalência do pensamento e dos sentimentos”. A ambivalência que está presente não só nas atitudes dos franceses sob Vichy, mas na sociedade alemã, nos habitantes de Civitelle Val di Chiana, e, no nosso caso, em Portugal na época de Salazar. Iremos encontrar atitudes que, aos olhos do senso comum, assumem a denominação de covardia, colaboracionista, oportunismo e, no mais leve dos adjetivos, indecisos. Até pode ser. Mas, para compreender suas escolhas ou não-escolhas, acompanhar o que preferimos chamar de ambivalências é, ao nosso entendimento, a melhor forma de entender o comportamento de alguns portugueses diante da ditadura. Não adianta só recorrer aos estudos de todas as instituições, leis, livros e pessoas que instauraram o regime, mas há que compreender as motivações daqueles que se calaram publicamente perante o regime, o que é a grande maioria. A opção pelo silêncio tem várias possibilidades; medo, concordância, total ou relativa, comodidade, indiferença etc. Pierre Laborie utiliza o termo “attentisme” para se referir aos franceses que não assumiram posição explícita na seqüência da derrota da França para a Alemanha Nazista e sob o governo de Vichy, esperando o desenrolar dos acontecimentos. Veremos que, tal como os franceses, onde muitos foram petanistas e gaulistas ao mesmo tempo, muitos portugueses, ao abraçar a ditadura como uma saída para a organização da sociedade e da economia, irão condenar aquilo que consideravam os excessos ou desvarios da ditadura. Ao mesmo tempo, muitos outros que condenaram a ditadura, irão apontar alguns momentos favoráveis ao país durante o salazarismo. Tentaremos ver, ao longo da tese, se os comportamentos desses portugueses estão inseridos na “cultura do pensar-duplo”, do homem duplo, ou seja, “daquele que é um e outro ao mesmo tempo, mais pelo peso de uma necessidade exterior do que por cálculo cínico ou interesse” (LABORIE, 2009: 37).

Tal como na França, a cultura do duplo é sentida até pelos que não queriam se envolver com o regime e até por isso mesmo, já que qualquer pessoa poderia ser um informador da PIDE. Como diz uma entrevistada, as notícias eram passadas “à boca pequena”. Tanto a ambivalência, que inserimos na cultura do “pensar-duplo”, como o *attentisme*, vão nos levar ao que alguns historiadores chamam de “zona cinzenta”⁵. Ao colocarmos os entrevistados nesta “zona cinzenta”, acabamos por optar em não utilizar o termo manipulação, comumente usado nas pesquisas sobre ditaduras. A não utilização desta palavra indica a forma pela qual estaremos tratando a memória ao longo da pesquisa.

Le Goff, por exemplo, nos diz que, entre outras coisas, “as direções atuais da memória estão ligadas à manipulação da informação”. (LE GOFF, 2003, p.419). Já o historiador Fabrice D’Almeida⁶ argumenta que esta palavra, associada aos regimes totalitários, e aos seus respectivos serviços de propaganda, acabaram por imprimir à sociedade uma passividade perante ao regime, no que diz respeito às suas escolhas. D’Almeida chega a dizer que a palavra manipulação tornou-se mesmo, a “*tartes à la creme du langage journalistique et intellectuel depuis lês années 1990*”. Tornou-se comum definir os regimes que tiveram a força de uma polícia política, uma grande censura e um grande investimento em propaganda, como totalitários, sendo sinônimos de ditatoriais desconsiderando, ou colocando em segundo plano, a influência do consenso e do consentimento da população ao regime. Todavia, se utilizarmos a palavra manipulação, no sentido usual, pouco ou nada servirá este estudo sobre a memória destes indivíduos que viveram na ditadura salazarista, pois se tudo o que fizeram foi decorrente de induções externas, manipulado pela propaganda, mas não só; bastariam ler os panfletos da situação, os jornais, os arquivos oficiais e teríamos o perfil do cidadão português: ou aqueles que resistiram, e certamente os encontraria nos processos da PIDE, na Torre do Tombo; ou aqueles que concordavam com o regime. E quem não se enquadra em nenhuma das classificações, seriam somente os apáticos ou inertes. O que estas palavras nos dizem sobre suas opções? Certamente, muito pouco. Não haveria “zona cinzenta”, pois teríamos somente, posição ou oposição e, na verdade, sabemos

⁵ Para o conceito de zona cinzenta, ver Pierre Laborie. *Les Français des années troubles. De la guerre d’Espagne à la Libération*. Paris. Seuil, 2003.

⁶ “Car << manipulation>> reste Le mot de référence pour designer un problème spécifique: celui de La manipulation de masse”, Fabrice D’Almeida. *La Manipulation*. Ed. Paris, PUF, 2006, p.80.

que não é assim. Aceitando ou não o regime, cada um tinha dentro de si os motivos específicos para colocar limites seja na aceitação ou na oposição ao mesmo. Para a grande maioria, há uma variedade enorme de sentimentos, que a todo o momento se movimentava para um dos pólos. Claro que o medo, pela conhecida repressão, fazia com que muitos se calassem diante do regime. Mas isto não quer dizer que o aceitassem literalmente, nem que o medo tem tanto poder assim para silenciar uma população inteira.

Desta forma, tal como D’Almeida, que também não acredita que alguém possa manipular o outro, tal como marionetes, ou seja, suprimindo-lhes seus desejos, empatias e antipatias; enfim, impondo suas escolhas e que, ao mesmo tempo, reconhece a sua permanência como instrumento nas relações de poder, buscamos na memória do entrevistado a sua representação do salazarismo a partir da sua própria história. Refutar o caráter manipulador do regime, não é, neste trabalho, negar a tentativa de manipulação do mesmo pelos seus órgãos oficiais, e sim, rejeitar uma compreensão sob o regime baseada no caráter “ativo e intencional do manipulador e o caráter passivo e inconsciente do manipulado” (BOBBIO, 2000: p.727). Atualmente, encontramos em Portugal a memória sendo analisada pelos pesquisadores de diversas áreas, em função da participação de pessoas na resistência, presos políticos pela PIDE, integrantes do movimento que culminou na Revolução dos Cravos, entre outros eventos importantes ligados à resistência. Além disto, temos uma historiografia que debate a essência do salazarismo no que diz respeito à classificação do regime como “fascista” (genérico, de cátedra ou à portuguesa) ou, por outro lado, como um regime “autoritário de caráter conservador”, identificando importantes representantes destas correntes, no primeiro caso, os investigadores Luís Reis Torgal e Fernando Rosas, por exemplo; e, no segundo caso, António Costa Pinto. O fundamental para este estudo, ainda em processo, foi a possibilidade de encontrar na historiografia a abertura para considerar importante a lembrança e, também, os esquecimentos, de pessoas comuns e problematizar estas memórias dentro de uma perspectiva menos polarizada, o que acreditamos permitir o aprofundamento do conhecimento de como a ditadura foi organizada em Portugal.

Referências Bibliográficas.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. “Manipulação”, *Dicionário de Política*, pp. 727-734, vol. 2, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

D’ALMEIDA, Fabrice. *La Manipulation*. 2^{ème}, Ed. Paris, PUF, 2006. (Coll. que sais-je?)

LABORIE, Pierre. 1940-1944. “Les Français du penser-double”, In: *Les Français des années troubles.*, pp. 31-44.(tradução).

LABORIE, Pierre. *Memória e Opinião*, In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, EdFGV, 2009, pp. 79-97.

MARTINHO, Francisco Carlos. Salazarismo, In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*, Rio de Janeiro: editora Elsevier, 2004, pp. 804-805.

PINTO, António Costa (coord). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

POLLACK, Michael. “ *Memória, esquecimento e silêncio*”. Estudos Históricos, vol 5, nº 3, 1998.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”, In: Ferreira, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 2006, pp. 103 – 130.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História Política e Cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, vols. 1 e 2.

VOLDMAN, Danièle. “Definições e usos”, In: Ferreira, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 33- 42.